



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Crenças e Religiosidades [AT]

DEMOCRACIA E CENSURA MILITAR NO BRASIL: ANÁLISE DAS MATÉRIAS VETADAS NO SEMANÁRIO CATÓLICO *O SÃO PAULO*

GUIMARÃES, Luiz Ernesto

Doutorando em Ciências Sociais

Universidade Estadual de Londrina/Paraná-Brasil

pr.ernesto@gmail.com

NEVES JR, José W. A.

Graduando em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina/Paraná-Brasil

nevesjr1991@gmail.com

LANZA, Fabio

Doutor em Ciências Sociais

Universidade Estadual de Londrina/Paraná-Brasil

lanza1975@gmail.com

Resumo

O presente estudo analisa o posicionamento político de algumas lideranças católicas por meio de textos que seriam publicados no semanário O São Paulo, sendo vetados por órgãos de censura. O posicionamento crítico se estabelece a partir de alguns temas, como: desigualdade social, violência policial, má distribuição de terras, carestia, falta de liberdade de expressão, desemprego etc. Alguns textos foram escritos por religiosos que se alinharam à perspectiva da Teologia da Libertação, como D. Helder Câmara, D. Pedro Casaldáliga, D. Fragozo etc. Neste trabalho também é destacado os diferentes anseios democráticos fomentados durante o período da ditadura militar no Brasil (1964 - 1985), sendo possível delimitar as diferentes questões democráticas que floresciam no seio do autoritarismo militar brasileiro. Dentre essas, destaca-se neste trabalho três importantes ideais democráticos: a) o ideal castelista (representado pela cúpula do poder militar brasileiro); b) o católico progressista (vinculado aos Direitos Humanos e a Teologia da Libertação) e c) o ideal democrático populista (que se fundamentava nas figuras políticas dos antigos presidentes da República: Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961-1961) e João Goulart (1961-1964). Embora a pesquisa esteja em processo de formulação, pode-se afirmar que nessas matérias censuradas é possível compreender como os militares exerceram controle sobre posicionamentos contrários à atuação de seu governo. Mesmo assim, não foram poucos os religiosos que produziram críticas à ditadura e a diversos problemas sociais da época.

Abstract

This study analyses the political positioning of some Catholic through texts that would be published in the weekly O São Paulo, being vetoed by censorship bodies. The critical position is established from certain subjects, such as social inequality, police brutality, unequal distribution of land, famine, lack of freedom of expression, unemployment etc. Some texts were written by religious who lined the perspective of liberation theology, as D. Helder Camara, D. Pedro Casaldáliga, D. Fragozo etc. This work also highlighted the different democratic aspirations fostered during the military dictatorship in Brazil (1964 - 1985), it is possible to delimit the different democratic issues that flourished within the Brazilian military authoritarianism. Among these, stands out in this paper three major democratic ideals: a) the ideal castelista (represented by the dome of the Brazilian military power) ; b) the progressive Catholic (linked to Human Rights and Liberation Theology) and c) the populist democratic ideal (which was based on the policies of former Presidents of the Republic figures: Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961 - 1961) and João Goulart (1961-1964). Though the research is in the process of formulation, it can be affirmed that these matters censored is possible to understand how the military exercised control over positions contrary to the actions of his government. Nevertheless, there were many religious that produced critical to dictatorship and many social problems of that time.

Palavras-chave: Sociologia das Religiões; Censura; Ditadura Militar (1964-1985); Teologia da Libertação; “O São Paulo”.

Keywords: Sociology of Religion; censorship; Military Dictatorship (1964-1985); Liberation Theology; “O São Paulo”.

1. Introduçãoⁱ

Ao longo das décadas, desde o processo de colonização até o século XXI, a Igreja Católica se firmou como uma das principais instituições religiosas na cidade de São Paulo, com uma participação intrínseca nos diversos aspectos constitutivos da sociedade paulistana. Cabe ressaltar que, “no panorama nacional, a Igreja e a mídia continuam imbatíveis como instituições detentoras de credibilidade pública” (MELO, 2004, pp. 302).

Dentre as diversas organizações católicas na cidade de São Paulo, indicamos ao nosso olhar o jornal semanário “O São Paulo”, publicado desde 1956. A produção acadêmica das Ciências Sociais a respeito da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil e a Igreja Católica durante esse período, não focou especificamente as matérias censuradas do jornal semanário *O São Paulo*, órgão de imprensa da Arquidiocese de São Paulo.

As pesquisas produzidas a partir do semanário *O São Paulo* são restritas, o maior número foi realizada pelos padres ou estudantes vinculados à teologia (Pereira, 1982; Gomes, 2005; Souzaⁱⁱ, 2009; Braga, 2010) além dessa perspectiva, há a tese de livre-docência de Fadul (1986, ECA-USP).

Durante o processo de pesquisa, foi possível identificar aproximadamente 220 (duzentas e vinte) matérias e documentos (externos recebidos pelos editores) que foram censurados e impedidos de publicação total ou parcial, que serviram de fonte documental para a execução dessa investigação. Dessa forma, no campo das Ciências Sociais não houve produção sobre as matérias censuradas do semanário *O São Paulo*.

2. Aspectos históricos do semanário *O São Paulo*ⁱⁱⁱ

Para Puntel, a comunicação de massa, que passou a fazer parte do cotidiano da Arquidiocese de São Paulo por meio da Rádio 9 de Julho e do jornal *O São Paulo*, possui aspectos importantes que devem ser destacados:

uma dessas características, que recebeu muita atenção na literatura sobre a *mídia*, é que a comunicação de massa envolve certos recursos técnicos e institucionais de produção e difusão. Em outras palavras, o desenvolvimento da comunicação de massa é inseparável do desenvolvimento das indústrias de *mídia*. A comunicação de massa também envolve a exploração comercial de inovações técnicas, isto é, “mercantilização das formas simbólicas”, que podem estar sujeitas a dois tipos principais de valorização: “valorização simbólica” (formas simbólicas enquanto valores simbólicos) e “valorização econômica” (valores econômicos: mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado por dinheiro). A terceira característica [...] é que a comunicação de massa institui uma ruptura estruturada entre a produção de formas simbólicas e sua recepção [...]. Assim, os produtos são postos à disposição de uma pluralidade de destinatários pelas indústrias de *mídia* (Puntel, 2005, pp. 42).

Desse modo, em 1956 a publicação de um jornal arquidiocesano semanal, no caso *O São Paulo*, foi a expressão católica junto aos meios de comunicação de massa – aqui, na forma impressa. Por isso, o referido semanário não é um boletim da Arquidiocese, meio de comunicação comum nas Dioceses, em que “a maioria talvez não passa de arquivo onde são reproduzidos textos de outras fontes, ou mesmo de simples depositários de exortações pastorais e atos administrativos e hierarquia local” (Soares, 1980, p. 145). Ratificando essa perspectiva de análise sobre *O São Paulo*, deve-se ressaltar:

desde os seus primeiros números é possível notar que o periódico, não obstante uma série de limitações técnicas e financeiras, não seria apenas mais um representante da tradicional “imprensa religiosa” motivada muito mais por preocupações apoloéticas e devocionais do que com uma informação séria (Pereira, 1982, pp. 146).

Desde a sua criação, ainda antes do advento do decreto *Inter mirifica*, a Fundação Metropolitana Paulista tinha como presidente natural o arcebispo de São Paulo. Esta

pôs mãos à obra na concretização dos seus objetivos e em 1954 já mantinha a “Rádio 9 de Julho”^{iv}. *Dois anos depois, no dia 25 de janeiro de 1956, D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta apresentava o primeiro número de um semanário católico, destinado a ser o órgão oficioso da Arquidiocese. Trazia o*

título de “O SÃO PAULO” e este título, segundo o cardeal, subentendia todo um “programa de apostolado nos arraiais da imprensa paulista” (Pereira, 1982, pp. 145, grifos nossos).

Dessa forma, partindo para uma caracterização mais precisa sobre o referido semanário, entende-se que foi criado^v para ser “um instrumento de comunicação dedicado a refletir os acontecimentos à luz da doutrina da Igreja e das linhas de pastoral da CNBB e, particularmente, da Igreja que está em São Paulo” (PEREIRA, 1982, p. 146). Assim, é possível indicar, a partir da fala de Dom Paulo Evaristo Arns, que essa fase inicial de

O São Paulo foi bastante conservadora, o que causou-me grande admiração, pois *O São Paulo* deveria ter continuado no Brasil comandado pelo cardeal Motta, mas não continuou. Quando cheguei aqui em São Paulo de fato era um jornal assinado mais por compaixão do que por paixão, por isso acho que foi um período bastante difícil. Então entreguei em um período para uma equipe de jornalistas leigos e orientados por mim, mas, como a Arquidiocese de São Paulo não quis arcar com os custos, tivemos que abreviar o tempo de colaboração com essa equipe [...]; de sete mil assinantes nós imediatamente subimos para 30, 40, 50 mil e hoje certamente, quem sabe, o jornal do Estado inteiro de São Paulo ou até parte do Brasil [...]. Depois houve sempre novos períodos até o momento da intervenção do governo totalitário [principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional n. 5], que impôs a todos os meios de comunicação o silêncio sobre os fatos mais interessantes para o povo (Arns, 2001).

Em maio de 1966, Dom Paulo Evaristo Arns foi transferido da cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, para a Arquidiocese de São Paulo, na condição de bispo auxiliar para a Região Norte do então cardeal Agnelo Rossi; em 1970, tornou-se arcebispo e, em 1973, foi nomeado cardeal (Arns, 2001). A sua vinda a São Paulo acabou sendo vinculada à área da comunicação^{vi} da Arquidiocese e desde a condição de bispo auxiliar já atuava junto à equipe do *O São Paulo*.

Esse semanário é um meio de comunicação católico, que discute em suas edições a realidade vivida pela Igreja Católica e sua relação com o contexto político e social brasileiro. O padre Antônio Aparecido Pereira, que está na equipe de edição desde 1982, afirma que

“... dentro daquele espírito que animou os idealizadores da Fundação Metropolitana Paulista, que devemos entender a criação do semanário “O São Paulo”: um instrumento de comunicação dedicado a refletir os acontecimentos à luz da doutrina da Igreja e das linhas de pastoral da CNBB e, particularmente da Igreja que está em São Paulo” (Pereira, 1982, pp. 146).

É possível identificar a relevância do *O São Paulo*, tendo em vista que a edição e a abrangência do semanário não se restringiu à região metropolitana, mas atingiu uma esfera nacional, estando em consonância com a expansão das Editoras e publicações católicas (Montero, 1992, pp. 151-153).

A mídia religiosa é um instrumento por excelência de comunicação entre os adeptos e os representantes da instituição, em que temas podem ser abordados com mais abrangência, opiniões e ideias são expostas com clareza, as informações podem ser direcionadas no sentido de transmitir ao fiel exatamente o que se quer.

Com base nessas premissas é possível perceber, a partir das análises e interpretações das matérias que sofreram censura prévia d’*O São Paulo*, especificamente aquelas com o registro de “VETADO” emitido pelos censores entre os anos de 1972-1978 que trabalhavam para os órgãos da Ditadura Militar (1964-1985) no espaço físico da Editoria, as demandas populares oriundas da periferia e muitas vezes, fomentadas pela prática religiosa do clero vinculado a Teologia da Libertação.

O processo de criação do semanário *O São Paulo* coincidiu com as mudanças corridas na Igreja Católica, a partir da década de 1960 com o Concílio Vaticano II. Para Ana Lúcia Valente (1994), o Concílio Vaticano II foi “convocado pelo Papa João XXIII, [e] pode ser considerado como auto-crítica universal da Igreja Católica” (p.72); resultou na “renovação da Igreja nos moldes da sociedade emergente” (p. 72), vivendo uma nova fase em que se deixava de negar a modernidade para assimilar e intervir na sociedade urbana-industrial e científica.

Em Puebla (1979), na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, os Bispos analisaram uma

situação de injustiça institucionalizada como contendo aspectos condenáveis e antievangélicos. “Puebla e Medellín trazem novos enfoques, através de suas grandes opções preferenciais: as opções pelos pobres e pelos jovens” (BIGO, 1986, p. 436), “tomando como proposta o desafio pastoral e a evangelização dos pobres a partir de sua própria realidade cultural” (Valente, 1994, pp. 84) e, a partir desses aspectos, define o compromisso da Igreja latino-americana junto à esfera política.

3. As matérias censuradas d’*O São Paulo* e a relação com a Teologia da Libertação

Ao analisar documentos selecionados do semanário católico *O São Paulo* que sofreram censura no periódico da ditadura militar (1964 – 1985), é possível perceber em muitos casos que os temas abordados nesse periódico estão diretamente ligados ao discurso adotado pelos denominados “teólogos da libertação”, ou seja, aqueles religiosos cristãos que desenvolveram em setores da Igreja Católica, e também em algumas igrejas protestantes, um posicionamento crítico ao *status quo*, quando observaram que, na América Latina, as desigualdades sociais eram historicamente existentes, em que pequenos grupos experimentavam privilégios econômico e político, enquanto faltava à grande parcela da população acesso aos meios básicos de subsistência, como: saúde, alimentação, moradia, saneamento básico, trabalho, educação etc.

Por ser a religião católica resultado de missões estrangeiras, especialmente provenientes da Europa, sua formulação ocorreu no continente latino-americano sob esse viés ultramontano, ou seja, tendo a construção de um modelo de igreja inspirado no Vaticano, realidade essa que destoa completamente do contexto do hemisfério sul. Assim, o desenvolvimento de segmentos religiosos críticos a essa maneira com que a Igreja Católica desenvolveu-se na América Latina, bem como o modelo político e econômico em vigor na região, sistematizou-se, ganhando o termo conhecido por Teologia da Libertação.

Essa nova forma de reflexão obteve a adesão de religiosos pertencentes aos vários segmentos católicos, embora não se tornou um pensamento hegemônico. Afinal, não obteve apoio do Vaticano e chegou até mesmo a causar desgastes nos mais altos setores da hierarquia católica. Mesmo não tendo apoio das principais lideranças religiosas, a Teologia da Libertação foi assimilada por leigos, padres e bispos, no Brasil e na América Latina. Professores expunham-na em suas aulas nos seminários católicos; as pastorais sociais, Pastoral da Juventude, Pastoral Carcerária, Comissão Pastoral da Terra e etc, debatiam assuntos sociais sob essa perspectiva teológica; Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se organizaram sob esse paradigma de libertação, conscientizando e estimulando grande número de fiéis à uma práxis que unia religião e política, de acordo com o contexto específico de cada comunidade.

Embora no semanário *O São Paulo* não foi encontrado o termo explicitamente escrito, uma grande quantidade de artigos foram elaborados a partir de perspectivas oriundas da Teologia da Libertação, estabelecendo um diálogo entre religião e política, sob o contexto da América Latina e, especialmente, a experiência política que o Brasil enfrentava, com a ditadura militar a partir de 1964.

Mesmo sendo um meio de comunicação ligado à Arquidiocese de São Paulo e, portanto, representando interesses religiosos, tais documentos estão permeados de assuntos temporais, pertencentes à ordem presente, à vida real de pessoas que conviviam com injustiças sociais presentes nas mais variadas esferas da sociedade brasileira e latino-americana. Por exemplo, o *São Paulo* possui textos abordando as injustiças no campo; a violência por parte dos órgãos de repressão; o desprezo dos governantes pelas regiões Norte/Nordeste do Brasil; a censura; a questão carcerária; o envolvimento da Igreja com questões de ordem política; demarcação de terras indígenas, entre outras.

As matérias com esse teor foram censuradas. Em algumas ocasiões, era liberado pelos censores apenas parte do conteúdo, evidenciando o receio por parte dos militares em ter assuntos dessa natureza divulgados.

No estudo inicial das matérias censuradas, há a dificuldade de identificação do autor, o que não traz prejuízo para essa análise que se busca fazer. Afinal, o objetivo do trabalho não está em pesquisar quem está escrevendo, mas o que estava escrito e foi impedido de ser publicado, ou seja, a intencionalidade presente no texto, a visão de mundo, os significados contidos nas matérias, no período da ditadura militar (1964-1972). Na parte a seguir, os documentos (matérias censuradas) selecionados intencionalmente nesta pesquisa não

fazem referência à autoria ou datas. Há sim, menção às pastorais e órgãos religiosos como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), que assumiram um posicionamento crítico aos problemas sociais da época, demonstrando alinhamento às proposições dos teólogos da libertação.

Percebe-se também menção de nomes que tiveram atuação religiosa próxima dessa vertente teológica de libertação, como é o caso de D. Tomás Balduino (bispo de Goiás e presidente do CIMI – na época); D. Hélder Câmara (arcebispo de Olinda e Recife); D. Paulo Evaristo Arns (Arcebispo de São Paulo); D. Henrique Froehlich (bispo da Diocese de Diamantino, no Mato Grosso); D. Adriano Hipólito (bispo da Diocese de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro); D. José Gomes (bispo de Chapecó, Santa Catarina). Embora alguns possuam maior visibilidade quando se fala de Teologia da Libertação, o certo é que todos estão diretamente relacionados às práticas de libertação, que não se circunscrevem ao campo religioso apenas^{vii}.

Há relatos denunciando as injustiças cometidas contra povos indígenas. Em um deles, é feita a citação de um comunicado da Coordenação regional Sul do CIMI, com a denúncia de haver abuso e violência contra índios kaingang no Rio da Várzea, Rio Grande do Sul.

A denúncia, que relata casos de espancamentos, estupros e destruição de casas desses índios, por parte de guardas florestais da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, foi assinada pelo bispo de Chapecó, SC, Dom José Gomes, pelos conselheiros do CIMI, padres Egon Dionísio Neck (SC) e Natalício José Weschenfelder (PR), e pelos padres Geraldo Eugênio Saleme (SP) e Hélio Welter (RS) (OSP, s/d).

Segundo esses religiosos, esses acontecimentos têm sua origem em 1949, “quando o governo do Estado do Rio Grande do Sul, iludindo a Assembléia Legislativa, grilou a área de 19.998 hectares, pertencentes ao toldo indígena de Nonoai, tentando, sempre, a pressionar os índios para abandonarem suas terras” (OSP, s/d). A defesa de interesses indígenas demonstra uma posição pouco comum na religiosidade católica no Brasil e América Latina, região povoada primeiramente por essas pessoas.

A crítica dirigida ao Estado do Rio Grande do Sul como responsável por tais atrocidades cometidas arbitrariamente contra indígenas, implica em uma tomada de posição em dois momentos: primeiro, rompe com o binômio Igreja e Estado, existente no Brasil desde a colonização, ou seja, a Igreja, ou pelo menos parte dela, não estava encobertando os erros cometidos pelo Estado, colocando-se assim, à parte de tal instituição.

Em segundo, a crítica ao Estado estabelece um diálogo entre religião e política, que foi além das relações institucionais Igreja e Estado, rompidas oficialmente após o advento da República em 1889, e que, no entanto, não eliminou as parcerias estabelecidas no passado. Nesse sentido, a reflexão política a partir do campo religioso permite a elaboração de um pensamento descomprometido com interesses institucionais, seja de ordem política ou mesmo religiosa^{viii}. O texto encerra com um apelo

às autoridades do Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e à Funai (Fundação Nacional do Índio) para cumprirem imediatamente suas promessas aos colonos e aos índios, visando o reassentamento definitivo dos primeiros, em outras áreas, e para os segundos, a reintegração na posse plena das terras que tradicionalmente lhes pertencem” (OSP, s/d).

Em outras matérias censuradas, o texto aborda o assassinato dos padres Rodolfo Lunkenbein e João Bosco Penido Burnier, o sequestro de Dom Adriano Hipólito, as censuras a Dom Hélder Câmara e ao próprio semanário *O São Paulo* etc. Há também a crítica à “ideologia da Segurança Nacional colocada acima da Segurança Pessoal” que se espalhava pela América Latina. Sob o pretexto do desenvolvimento econômico e na luta contra o comunismo, era declarada a “guerra anti-subversiva”, contra aqueles que não concordavam com o autoritarismo.

O treino para esta “guerra anti-subversiva”, na América Latina, contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são supressas as garantias individuais (OSP, s/d).

Após levantar a questão da espoliação do índio expulso de suas terras, a insegurança que vivem os pequenos, a fome dos pobres e a desnutrição das crianças, o texto encerra da seguinte forma: “*Houve um tempo* em que nossas pregações ao povo aconselhavam, sobretudo, a paciência e a resignação. *Hoje*, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos grandes e poderosos para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos do povo” (OSP – grifo nosso).

Essa constatação de que “houve um tempo” de paciência e resignação na Igreja e que “hoje” há o apontamento aos poderosos pelo sofrimento do povo, indica a percepção de mudanças na religião católica. Se “antes” a Igreja possuía uma postura mais acanhada diante dos problemas sociais no continente latino-americano, “hoje” houve uma transformação, levando-a a procurar respostas para tais problemas.

Embora o termo “Teologia da Libertação” não seja mencionado no texto, há grande relação dos temas abordados nesses documentos selecionados com esse segmento no catolicismo. A Igreja de “hoje”, que aponta os problemas, cita responsáveis por práticas de injustiça, enfrenta o Estado e seu aparelho repressivo, denuncia o autoritarismo militar, foi o segmento de uma instituição religiosa permeada pela contribuição dos teólogos da libertação, que, juntamente com as Ciências Humanas e Sociais, contribuíram na formulação de uma práxis religiosa, que buscava compreender a realidade do tempo presente.

4. O ideal democrático vinculado ao clero progressista e ao semanário *O São Paulo*

Não é de se surpreender que em meio à imposição de um regime ditatorial as diversas camadas da sociedade comecem a fomentar anseios por diferentes ideais de democracia. O período de Ditadura Militar no Brasil (1964-85) não foi uma exceção ao caso, como pode ser constatado em uma das matérias vetadas, de forma prévia pelos militares, do semanário *O São Paulo*:

As aspirações do povo tem se manifestado nos últimos dias indicando que a única solução possível para a situação atual é simplesmente a democracia. Não bastaria, porém, uma simples mudança formal do regime, e nem apenas uma legislação nominal. É preciso um movimento democrático que instaure e oriente a marcha para refazer a vida do povo o que vale dizer um movimento capaz de ir às raízes da crise e de abrir um futuro novo que vença a tecnoburocracia e a maquiavélica vontade de poder dos políticos e dos grupos favorecidos que os incentivam (OSP^{ix}, 9 de agosto de 1977, lauda 1)

Ademais devemos considerar que fazer alusão pública a qualquer tipo de ideal de igualdade ou democracia que não estivesse moldado na forma da doutrina de Segurança Nacional, defendida pelos militares da cúpula do poder, culminava na represália violenta por parte dos órgãos de manutenção da ordem social - como o DOPS e o DOI-CODI, por exemplo.

A partir de um trecho de uma das matérias vetadas, de forma prévia pela Ditadura Militar, podemos sustentar tal afirmação, nela segue que:

Propostas em favor de maior vitalidade democrática tem frequentemente esbarrado em argumentos preconceituosos quando não de força. E com isso o povo tem sido impedido de participar efetivamente do processo político e de levantar a voz para defender seus legítimos interesses (OSP^x, 1976, lauda 1).

A partir das contribuições da análise do discurso foi possível classificar os ideais democráticos que foram expostos nas matérias vetadas do semanário católico durante o período de imposição da censura prévia militar ao mesmo (1972-78). Neste trabalho, em especial, será abordado o ideal democrático católico progressista - vinculado à Teologia da Libertação e, consecutivamente, ao clero responsável pela editoração do jornal *O São Paulo*^{vi}.

O ideal democrático católico progressista estava pautado na defesa dos Direitos Humanos (ONU-1948), assim como no combate ao abismo social decorrente da gritante concentração de renda que se impunha ao Brasil. Tal ideal torna-se visível a partir da leitura de um fragmento de uma das matérias vetadas, nas mesmas condições das anteriores, do semanário, provinda da Arquidiocese de Olinda, na visão do clero vinculado a Teologia da Libertação:

democracia não é e não pode ser sinônimo de ausência de autoridade; mas, também, não é criação do Estado (o que importaria em totalitarismo de direita ou de esquerda). Democracia é um regime político em que todos aceitam uma autoridade, que governa em nome do bem comum, poder maior ao qual as próprias autoridades estão sujeitas. Quanto a liberdade e aos direitos fundamentais do homem são realidades inerentes a condição humana (OSP^{xii}, 1976, p. 7).

Devemos salientar que a crítica apresentada pelo clero progressista se aplica, não só, ao *status quo* instituído pela Ditadura Militar – regime de extrema direita – como, também, a ascensão de um Estado socialista – regime de extrema esquerda. O clero progressista vinculado ao semanário não se opõem, portanto, ao direito de propriedade privada, em si, e nem mesmo ao Estado Capitalista – desde que este garanta a vigência de um sistema democrático e impossibilite os altos níveis de desigualdade social.

Cabe neste momento analisarmos a função social da Igreja Católica na sociedade, sendo necessário termos consciência de que “a definição gramsciana de Estado permite definir a Igreja como um Aparelho Ideológico de Estado e por isso precisar suas relações com a ‘sociedade civil’” (Portelli, 1984, p. 37).

Devemos, entretanto, considerar que a Igreja Católica se constitui como uma instituição de nível internacional, com sede no Vaticano, e que, portanto, pode ser considerada como um Aparelho Ideológico de Estado - na concepção gramsciana - de caráter capitalista em nível internacional.

As implicações desta característica peculiar da Igreja Católica se concretizam na capacidade do clero católico nacional poder manter um posicionamento de oposição ao regime vigente no país em que se encontra instalado, sem, obrigatoriamente, desvincular-se de sua função de Aparelho Ideológico de Estado, gramsciano.

Desta forma, do mesmo modo em que o clero vinculado a Tradição Família e Propriedade pode se posicionar em oposição ao governo de João Goulart^{xiii}, o clero católico da Teologia da Libertação encontrou a possibilidade de se opor a Ditadura Militar brasileira. Tendo como fundamento, em ambos os casos, a incompatibilidade do regime estatal vigente no Brasil com a concepção, referente a cada uma dessas frações do clero católico nacional, de sociedade Capitalista de nível internacional, mantendo, assim, a sua função social gramsciana.

A respeito do posicionamento do clero progressista nacional a favor da diminuição da desigualdade, assim como seu papel na luta pela redemocratização da sociedade brasileira podem ser percebidas a partir da análise de outra matéria vetada, de forma prévia pela censura militar, do semanário, na qual segue o trecho dizendo que “nesta abertura democrática que responda as aspirações do povo não pode deixar de levar em conta duas exigências fundamentais. Exigências que, aliás, já foram lembradas por Paulo VI, na *Octagesima Adveniens* (n. 43)” (OSP^{xiv}, 9 de agosto de 1977, lauda 1).

As interpretações elaboradas pelo semanário destas duas exigências citadas se constituem na repartição de bens e de poder. Não criticando o direito de propriedade privada e nem o Estado capitalista em si, e sim os extremismos que decorrem da existência do mesmo na sociedade brasileira.

A classificação deste ideal de democracia impôs a necessidade de trabalhar com as contribuições da Ciência Política, desta forma o ideal democrático católico progressista pode ser considerado como derivado da “democracia radical”.

Hoje existe uma tendência nova e forte de se pensar o socialismo como uma extensão dos direitos de cidadania, ou – e isso se torna cada vez mais comum – de pensar a “democracia radical” como um substituto para o socialismo. Como o termo *democracia* se transformou no slogan de várias lutas progressistas, o único tema unificador entre os muitos projetos emancipatórios de esquerda, ele passou a significar todos os bens extra econômicos em conjunto. (Wood, 2011, p. 232).

Um ideal elaborado a partir do conceito de democracia radical possibilitou a parcela progressista do clero brasileiro manter o seu posicionamento em oposição ao regime ditatorial imposto ao país, assim como contra a existência do “capitalismo selvagem” que vigia na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que se

desvinculavam de qualquer possível associação à *subversão* à ordem capitalista, ou seja, a fomentação de ideais provindos do comunismo e do socialismo.

Desta forma, o ideal democrático católico progressista forneceu ao clero da Teologia da Libertação - responsável pela elaboração do semanário *O São Paulo* - a ferramenta necessária para expor os ideais provindos das leituras dos documentos do Concílio Vaticano II (1961-65) e da Conferência Episcopal de Medellín (1968) - elaboradas pela Teologia da Libertação - sem serem, obrigatoriamente, rotulados de comunistas pelos militares da cúpula do poder, impedindo assim as possíveis represálias violentas por parte dos militares, ao corpo editorial do semanário, decorrentes da vinculação dos mesmos a taxaço de *subversivos*.

5. Considerações finais

A parte progressista e popular da Igreja Católica tornou-se uma instituição imprescindível à parcela da sociedade que se opôs ao regime militar, servindo como forma de “resistência civil à opressão dos aparatos policiais e militares do Estado” (SINGER, 1983, p. 59). Michael Löwy considerou a ala progressista da Igreja Católica “como a principal adversária da ditadura” (Löwy, 1991, p. 55), levando-a a ser acusada pelos militares e pelo clero conservador de subversiva, inspirada no marxismo e opositora do progresso e da modernização.

As análises das fontes documentais trazem uma crença religiosa distante dos valores do catolicismo romanizado. Na perspectiva da Teologia da Libertação, religião e política estabeleceram maior proximidade na América Latina, uma parte do clero e dos teólogos da libertação propunham um novo formato de Igreja, buscando uma identidade a partir das demandas populares, que no jogo político institucional foi desvalorizado e não obteve apoio do discurso oficial do Vaticano.

Pode-se concluir que houve uma releitura e valorização da Declaração dos Direitos Humanos (ONU-1948), em que o Brasil e o Vaticano são signatários, em favor da ruptura com a política de Segurança Nacional e a repressão aos movimentos sociais: trabalhadores, estudantes, associações de bairro, indígenas e trabalhadores rurais. A partir da análise primária das matérias vetadas selecionadas, de forma prévia pela ditadura militar (1972-78) do jornal semanal *O São Paulo*, pode-se destacar e comprovar o forte engajamento político, por parte da Arquidiocese paulistana, na luta pela redemocratização da sociedade brasileira. Reservando, portanto, um importante papel político-histórico ao clero católico vinculado ao semanário.

Por último, destacamos a participação de religiosos que escreveram textos questionando o governo e diversos problemas sociais presentes naquele momento da história brasileira. Dessa forma, a pesquisa compreende como a democracia foi percebida e discutida por pessoas ligadas à Igreja Católica, em um período de ditadura militar.

Referências bibliográficas

Arns, Paulo Evaristo (2001). Entrevista realizada por Fabio Lanza sobre *O São Paulo* na Igreja do Largo do São Francisco. São Paulo, 12 jul.

Braga, Luiz Cláudio de Almeida (2001). *A censura ao jornal O São Paulo durante a Ditadura Militar (1964-1985): desafio a evangelização na cidade de São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUC SP. São Paulo.

Bigo, Pierre. (1986) *Fé cristã e compromisso social: elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da doutrina social da Igreja*. SP: Paulinas.

Dale, Frei Romeu (Org - 1973) *Igreja e Comunicação Social*. São Paulo, Paulinas.

Fadul, Anamaria (1986). *Os Meios de Comunicação de Massa: um desafio para a Igreja*. (“O São Paulo” – 1979-1985). Tese de Livre-Docência apresentada à ECA/USP, São Paulo.

Gomes, Edgar da Silva (2005). *Censurado: o jornal O São Paulo e a ditadura militar 1964-1985*. Revista de

Cultura Teológica. São Paulo, Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção, ano XIII, n. 50, pp. 137-55, jan./mar.

Lanza, Fabio. (2006) *Matrizes ideológicas dos arcebispos paulistanos (1956-1985): um olhar sob o prisma do semanário O São Paulo*. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/paginas-censuradas-d-o-sao-paulo/producoes-e-publicacoes.php>

Löwy, Michael (1991). *Marxismo e Teologia da Libertação*. Trad. M. V. Baptista, São Paulo: Cortez.

Melo, José Marques de (2004). *A Esfinge Midiática*. São Paulo, Paulus.

Mondin, Battista. (1980) *Os teólogos da libertação*. São Paulo: Edições Paulinas.

Montero, Paula (1992). *Modernidade e Cultura. Para uma Antropologia das Sociedades Complexas*. (Tese de Livre Docência) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo.

Neves Jr, José W. A. (2013) Os bastidores da ditadura militar no Brasil (1964-85): dos documentos do DEOPS às matérias vetadas do semanário O São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) em Ciências Sociais apresentado a Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioses/pages/paginas-censuradas-d-o-sao-paulo/producoes-e-publicacoes.php>

Pereira, Antônio Ap (1982). *A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil 1968-1979: com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano “O São Paulo”* (Tese para obtenção do diploma de Jornalismo). Roma: Centro Internazionale per gli Studi sull’Opinione Pubblica.

Puntel, Joana T. (2005). *Cultura Midiática e Igreja: uma nova ambiência*. São Paulo, Paulina.

Portelli, Hugues (1984). *Gramsci e a Questão Religiosa*. São Paulo: Editora Paulinas.

Singer, Paul e BRANT, Vinícius Caldeira. *São Paulo: O povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1983.

Rezende, Maria J. (2001) *A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Editora UEL.

Souza, Pe. Ney de (2009). Entre a contestação e a conveniência. Censura ao jornal O SÃO PAULO durante a Ditadura Militar (1964-1985). *XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Fortaleza, p. 1-10.

SOARES, Ismar de Oliveira (1980). “Boletins Diocesanos Católicos: veículos de comunicação a serviço dos marginalizados”. In: MELO, José Marques (Org.). *Comunicação e Classes Subalternas*. São Paulo, Cortez.

Valente, Ana Lúcia E. F (1994). *O negro e a Igreja Católica: o espaço concedido, um espaço reivindicado*. Campo Grande: Cecitec-UFMS.

Wood, Ellen M. (2011). *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.

FONTES DOCUMENTAIS

OSP. Ainda no túnel. O São Paulo. [s.d.-- de --] de 1976, 2 laudas.

OSP. Evangelização de Olinda. O São Paulo. [s.d. -- de -- 197-]^{xv}, 10 laudas.

OSP. Duas exigências urgentes. O São Paulo. 9 de agosto de 1977, 2 laudas.

OSP. A Igreja Católica e a Segurança Nacional. O São Paulo. 3 de março de 1978, 7 laudas.

OSP. Pastoral na BBC. O São Paulo. [s.d.], 2 laudas.

OSP. No Rio, população carcerária é de 11 mil. O São Paulo. [s.d.], 1 lauda.

OSP. Falta de segurança. O São Paulo. [s.d.]. 1 lauda.

OSP. As ambiguidades do cristianismo tradicionalista. O São Paulo. [s.d.], 3 laudas.

OSP. Situação angustiante de uma grande parte do povo da prelazia de Conceição do Araguaia. O São Paulo. [s.d.], 3 laudas.

OSP. Kaigang. O São Paulo. [s.d.], 2 laudas.

ⁱ A contribuição a seguir está vinculada às investigações desenvolvidas junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, aos Projetos vinculados ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades da UEL-PR e ao Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Religião” – CNPq/UEL. Contou com fomento da CAPES, CNPq e Fundação Araucária – PR.

ⁱⁱ O Padre Ney de Souza coordenou o Grupo de Estudos sobre "A ditadura militar e a censura ao semanário 'O São Paulo' da arquidiocese de São Paulo" junto a Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção (São Paulo) que produziu os materiais ao longo dos anos 2000.

ⁱⁱⁱ Aspectos parcialmente apresentados no IV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar - Olhares e diálogos sociológicos sobre as mudanças no Brasil e na América Latina, 2013, São Carlos – SP.

^{iv} A título de esclarecimento: “A Rádio 9 de Julho nasceu em 1953 com autorização temporária para preparar e comemorar o 4º Centenário em 1954 da Cidade de São Paulo, fundada por Nóbrega e Anchieta ao redor do Colégio dos Jesuítas. Tinha a frequência de 540 kHz para Ondas Médias e 49 metros para Ondas Curtas, com a potência de 10 *kilowatts*, cobrindo todo o Estado de São Paulo, a maioria dos Estados do Brasil e muitos países latino-americanos. Quando terminaram os festejos do 4º Centenário de São Paulo, o presidente da República em exercício, Café Filho, ofereceu as duas emissoras em OM e OC para a instituição quatrocentona da Cidade e o cardeal Mota aceitou bem. Para receber a concessão, fundou a Sociedade Comercial Rádio 9 de Julho Ltda., composta pelo arcebispo, quatro bispos auxiliares e dois padres. Registrada na Junta Comercial com o nº 182.647, dia 29 de julho de 1955. A concessão da Rádio 9 de Julho à Arquidiocese de São Paulo foi feita pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, através do Decreto nº 37.744 de 12 de agosto de 1955. Após a instalação no prédio da rua Wenceslau Brás, no centro da cidade, com a operação em caráter experimental, a emissora da Arquidiocese entrou oficialmente no ar a 2 de março de 1956”. Disponível em: http://www.arquidiocese-sp.org.br/cpub/pt/Radio/radio_historia.php, acessado em 6 fev. 2006.

^v Foi criado e estava em consonância na década de 1960 com as iniciativas do “Secretariado Nacional de Ação Social, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, [que promoveu um...] Encontro de Diários e Semanários católicos, [e] foi criada a *União Nacional Católica de Imprensa* (UNCI). A União se destinava a congregar jornalistas e publicações católicas de todo o País, no intuito de desenvolver, aperfeiçoar este setor do apostolado, através de meios vários. A UNCI [...] conseguia levar com efeito em São Paulo (SP) um seminário ministrado por professores de alto gabarito da imprensa norte-americana: mais de 60 participantes, sendo quatro paraguaios...[Posteriormente, quase uma década] Profissionais católicos de comunicação social, reunidos em 31 de julho a 2 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro, para constituírem a União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC)” (DALE, 1973, pp. 508-9).

^{vi} Ao ser inquirido sobre a experiência profissional na área de jornalismo, Dom Paulo afirma que: “Como jornalista comecei praticamente aos 12 ou 13 anos, quando o redator da revista do seminário me pediu o primeiro artigo. Depois disso nunca mais deixei de escrever. Primeiro nós formamos jornais internos de classe ou de alunos e depois escrevíamos para as cinco revistas da Editora Vozes. Sempre escrevi, toda semana eu escrevia um artigo, mesmo morando em Paris. Eu fazia um passeio no domingo à tarde, quando podia, e na volta – todos os dias, sem exceção – eu escrevia um artigo para alguma revista aqui do Brasil e recebia em troca livros de literatura brasileira – de graça, naturalmente – para poder acompanhar a evolução do Brasil. Quando voltei da Europa com doutorado em letras fui nomeado professor de letras em Bauri e ajudei a fundar a Faculdade e Universidade do Coração de Jesus; fui o iniciador da cadeira de francês e de literatura francesa. Depois fui transferido a Petrópolis e lá fiquei 10 anos e meio, ensinando literatura e história antiga, mas sempre também com liturgia moderna, unindo as duas pontas da história. Mas também sempre apreciei os nossos grandes expoentes da literatura, particularmente aqueles que exprimiam a situação do povo brasileiro, como ainda faço até hoje. Não deixo de ler o jornal, mesmo que seja rapidamente, mas sempre procuro saber como o povo se exprime e como o povo vive, como se pode melhorar essa situação” (ARNS, 2001).

^{vii} Na lista de teólogos da libertação que Batista Mondin aborda em seu livro, apenas D. Hélder Câmara é relacionado. Isso não significa que os demais nomes encontrados nos documentos d’*O São Paulo* não se identifiquem com os pressupostos colocados pela Teologia da Libertação; mesmo porque, não era um movimento organizado sistematicamente, organizado por meio de hierarquias. Ao contrário, era uma construção teológica livre e acessível a qualquer pessoa que se identificasse com seu caráter crítico.

^{viii} Na Teologia da Libertação, a própria instituição religiosa pode vir a receber críticas. Por exemplo, Leonardo Boff foi condenado a um ano de silêncio obsequioso pela Sagrada Congregação para a Defesa da Fé em 1985, sendo liberado em 1986. Diante da possibilidade de receber uma nova punição, Boff renunciou suas atividades como sacerdote em 1992, continuando publicando e ministrando palestras na perspectiva da Teologia da Libertação.

^{ix} Autoria constando apenas o codinome “GG”.

^x Matéria não consta autoria nem data precisa de produção, apenas o ano (1976).

^{xi} Para mais informações sobre os ideais democráticos ver Neves Jr (2013).

^{xii} Matéria: Evangelização de Olinda.

^{xiii} Com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que teve início em 19 de março de 1964 tendo como objetivo a intervenção militar para combater as supostas ameaças comunistas do governo de João Goulart.

^{xiv} Autoria restrita as siglas “GG”.

^{xv} Matéria não consta autoria nem data de produção.